



**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**ESTABILIDADE FINANCEIRA DE INSTITUIÇÕES SEM FINS
LUCRATIVOS: O CASO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE
CHAVES**

Estelle Silva Gonçalves

Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Politécnico de Bragança para
obtenção do Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de
Empresas

Orientada por Jorge Manuel Afonso Alves

Chaves, novembro de 2021.



**ASSOCIAÇÃO DE POLITÉCNICOS DO NORTE (APNOR)
INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA**

**ESTABILIDADE FINANCEIRA DE INSTITUIÇÕES SEM FINS
LUCRATIVOS: O CASO DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE
CHAVES**

Estelle Silva Gonçalves

Relatório de Estágio apresentado ao Instituto Politécnico de Bragança para
obtenção do Grau de Mestre em Gestão das Organizações, Ramo de Gestão de
Empresas

Orientada por

Jorge Manuel Afonso Alves

Chaves, novembro 2021.

Resumo

O sistema financeiro nacional foi fortemente abalado desde o início do século devido à crise financeira internacional, é desta forma que vai ganhando importância a análise da estabilidade financeira de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), com o objetivo de determinar as suas capacidades a nível financeiro, e potencialidades para que, deste modo, possam ser adotadas novas estratégias para que a instituição consiga fazer face às despesas anuais. Pese os constrangimentos de natureza económica e financeira, com que a Santa Casa da Misericórdia de Chaves (SCMC) se debate há vários anos, e a falta de alinhamento que ainda não foi possível ultimar, no que diz respeito a gastos e rendimentos, importa referir que ao longo do ano de 2019 foram tomadas medidas com vista ao almejado saneamento financeiro que permitiram iniciar o plano de reequilíbrio financeiro da SCMC, nomeadamente a obtenção de despacho favorável à candidatura ao Fundo de Socorro Social da Segurança Social, para pagamento de dívidas aos trabalhadores com salários e atualizações salariais em atraso, bem como o pagamento parcial de dívidas a fornecedores. Este trabalho mostra, que a SCMC, mesmo depois de ter passado por vários períodos de carência financeira, está a conseguir reerguer-se e fazer face a todas as despesas apresentadas, superando as dificuldades económicas e financeiras comuns ao país. Este trabalho pretende estudar a estabilidade financeira da SCMC isto porque, as instituições sem fins lucrativos não têm uma atividade com meios de retorno financeiro, atuam apenas com o dinheiro que lhes é atribuído, que provém anualmente do Orçamento do Estado, doações de particulares, fundo de socorro social, acordos de cooperação firmados com a Segurança Social, transferências oriundas do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) logo, é importante saber se esta instituição tem estabilidade suficiente apenas com os recursos que obtém. Deste modo, e por forma a obter os resultados pretendidos, é suscetível fazer-se uma análise financeira da SCMC. Após toda a análise foi possível observar que a SCMC tem estabilidade suficiente para prosseguir com a sua atividade. No entanto, seria preferível adotar novos meios de atuação, uma forma de promover a sustentabilidade desta instituição poderia passar por aumentar e diversificar as fontes de financiamento nas áreas de angariação de fundos, gestão dos recursos, marketing das instituições e novos serviços, para deixarem de ser dependentes dos subsídios do Estado.

Palavras-chave: SCMC, IPSS, Estabilidade financeira.

Abstract

The national financial system has been strongly shaken since the beginning of the century due to the international financial crisis, and it is in this way that the analysis of the financial stability of a Private Social Solidarity Institution is gaining importance, in order to determine its financial capacities, and potential, so that in this way new strategies can be adopted so that the institution can meet its annual expenses. Despite the economic and financial constraints that *Santa Casa da Misericórdia de Chaves* has struggled with for several years, and the lack of alignment that has not yet been finalized, with regard to costs and income, it should be noted that throughout In 2019, measures were taken with a view to the desired financial recovery that allowed the beginning of the SCMC Financial Rebalancing Plan, namely obtaining an order favorable to the application to the Social Security Social Relief Fund, for payment of debts to workers with salaries and overdue salary updates as well as the partial payment of debts to suppliers. This work shows that SCMC, even after having gone through several periods of financial need, is managing to recover and meet all the expenses presented, overcoming the economic and financial difficulties common to the country. This work intends to study the financial stability of SCMC, because non-profit institutions do not have an activity with means of financial return, they only act with the money allocated to them, which comes annually from the State Budget, donations from individuals, fund social assistance, cooperation agreements signed with the Social Security, transfers from the IEFPP, so it is important to know if this institution has sufficient stability only with the resources it obtains. Thus, and in order to obtain the desired results, it is possible to carry out a financial analysis of SCMC. After all the analysis, it was possible to observe that SCMC has sufficient stability to continue its activity. However, it would be preferable to adopt new means of action, a way to promote the sustainability of this institution could be to increase and diversify the sources of funding in the areas of fundraising, resource management, marketing of institutions and new services, to stop being dependent on state subsidies.

Keywords: SCMC, IPSS, Financial stability.

Dedicatória

Dedico aos meus avós, à minha mãe e ao meu irmão.

Agradecimentos

O meu maior agradecimento vai para os meus familiares, nomeadamente para os meus avós, para o meu irmão e para a minha mãe, que foram o meu maior apoio desde o início.

Em segundo, um agradecimento muito especial ao meu professor orientador, o professor Jorge Alves, que esteve sempre disponível e foi uma grande ajuda tanto neste projeto final como ao longo dos anos em que foi meu professor na licenciatura e no mestrado.

Agradecer também a todos os meus amigos e companheiros desta aventura que foi a universidade.

Quero agradecer ainda, à Santa Casa da Misericórdia de Chaves, mais concretamente ao Senhor Contabilista Hélder Ferreira, por toda a disponibilidade concedida ao longo do estágio e a toda a documentação que me facultou para que este relatório tenha sido concluído da melhor forma.

Finalmente, a todos os que contribuíram, direta ou indiretamente, para a concretização deste trabalho.

A todos, muito obrigada.

Lista de Acrónimos e Siglas

APNOR – Associação de Politécnicos do Norte

APOTEC – Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade

BF – Balanço Funcional

CSES – Conta Satélite da Economia Social

DF – Demonstrações Financeiras

ESFL – Entidades Sem Fins Lucrativos

FM – Fundo de Maneio

FMI – Fundo Monetário Internacional

FMF – Fundo de Maneio Funcional

GAC – Grau de Alavanca Combinada

GAE – Grau de Alavanca de atividade de Exploração

GAF – Grau de Alavanca de atividade de Financiamento

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

IPB – Instituto Politécnico de Bragança

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social

LG – Liquidez Geral

LI – Liquidez Imediata

LR – Liquidez Reduzida

MLBE – Meios Libertos Brutos de Exploração

MLBT – Meios Libertos Brutos Totais

MLLR – Meios Libertos Líquidos Retidos

MLLT – Meios Libertos Líquidos Totais

MLO – Meios Libertos Operacionais

NCRF-ESNL – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo

NFM – Necessidades de Fundo de Maneio

PMP – Prazo Médio de Pagamento

PMR – Prazo Médio de Recebimento

PMRS – Prazo Médio de Rotação de Stock

RA – Rotação do Ativo

RAF – Rácios de Autonomia Financeira

RCP – Rendibilidade do Capital Próprio

RDE – Rácios de Estrutura

REE – Rácios de Estrutura de Endividamento

RENDIV – Rácios de Endividamento

REP – Rácios de Estrutura do Passivo

RLV – Rendibilidade Líquida das Vendas

ROA – Rendibilidade Operacional do Ativo

ROV – Rendibilidade Operacional das Vendas

RS – Rácios de Solvabilidade

RSSR – Rácios de Solvabilidade em Sentido Restrito

SCMC – Santa Casa da Misericórdia de Chaves

SNC-ESNL – Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo

TA – Tesouraria Ativa

TL – Tesouraria Líquida

TP – Tesouraria Passiva

VAB – Valor Acrescentado Bruto

VN – Vendas

Índice Geral

| | |
|--|----|
| Índice de Tabelas | xv |
| Introdução..... | 17 |
| 1. Apresentação do tema | 19 |
| 1.1 Justificação da Escolha..... | 20 |
| 1.2 Objetivos do Estudo | 20 |
| 1.2.1 Objetivo principal..... | 21 |
| 1.2.2 Objetivos específicos | 21 |
| 2. Enquadramento Teórico..... | 22 |
| 2.1 Conceito de Instituição Particular de Solidariedade Social..... | 22 |
| 2.2 A evolução das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal | 23 |
| 2.3 Importâncias das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal e na Europa | 23 |
| 2.4 A Pandemia e as Instituições Particulares de Solidariedade Social..... | 24 |
| 2.5 Análise da Estabilidade Económica e Financeira | 25 |
| 2.5.1 Elementos de base à análise da estabilidade económica e financeira | 26 |
| 2.5.2 Métodos e técnicas de análise..... | 26 |
| 2.5.3 Métodos dos indicadores e dos rácios..... | 27 |
| 3. Metodologia..... | 35 |
| 4. Estágio na Santa Casa da Misericórdia de Chaves..... | 37 |
| 4.1 O Estágio..... | 37 |
| 4.2 Apresentação da História da Santa Casa da Misericórdia de Chaves | 38 |
| 4.2.1 Papel da Santa Casa da Misericórdia de Chaves na comunidade..... | 39 |
| 5. Estudo da Estabilidade Económico Financeira da Santa Casa da Misericórdia de Chaves | 42 |
| 5.1 Balanço Contabilístico..... | 43 |
| 5.1.1 Análise do Balanço Funcional..... | 44 |
| 5.1.2 Análise da Situação Económica e Financeira..... | 46 |
| 6. Análise dos Resultados | 52 |
| Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação | 55 |
| Referências Bibliográficas..... | 59 |

Índice de Tabelas

| | |
|--|----|
| Tabela 1: Indicadores de Equilíbrio Financeiro de Curto Prazo..... | 27 |
| Tabela 2: Rácios e Indicadores de Liquidez..... | 28 |
| Tabela 3: Rácios de Equilíbrio Financeiro de Médio e Longo Prazo | 29 |
| Tabela 4: Rácios de Rendibilidade | 31 |
| Tabela 5: Rácios de Risco..... | 31 |
| Tabela 6: Indicadores de Risco de Falência | 33 |
| Tabela 7: Rácios de funcionamento..... | 33 |
| Tabela 8: Balanço Contabilístico da SCMC | 43 |
| Tabela 9: Balanço Funcional da SCMC..... | 44 |
| Tabela 10: Indicadores de Liquidez e FM | 46 |
| Tabela 11: Rácios de Equilíbrio Financeiro de Médio e Longo Prazo | 47 |
| Tabela 12: Meios Libertos | 48 |
| Tabela 13: Indicadores de Rendibilidade | 48 |
| Tabela 14: Indicadores de Risco | 49 |
| Tabela 15: <i>Z-SCORE</i> | 50 |
| Tabela 16: Rácios de Funcionamento | 51 |

Introdução

As IPSS assumem indubitavelmente um papel muito relevante numa sociedade que vive, incessantemente momentos críticos de transformação, incerteza e insegurança, face a uma conjuntura económica de grande complexidade. O crescimento económico específico destas instituições leva obrigatoriamente ao aumento do seu impacto económico e social. Há maior necessidade de se obter recursos logo, por consequência aumenta a necessidade de uma melhor gestão desses mesmos recursos (Ferreira, 2011).

Em janeiro de 2020, ninguém imaginava as proporções que uma desconhecida infeção respiratória que começava a ganhar os holofotes na China iria tomar. Passado um ano desde as primeiras informações sobre o coronavírus, a economia global deve encolher 4,4%, segundo as projeções de outubro do Fundo Monetário Internacional (FMI), e deixar um cenário de terra arrasada em todo o mundo quase sem exceções. Os analistas já apontam que a crise do coronavírus pode ser, inclusive mais difícil de superar do que a recente crise de 2008, uma vez que a economia não poderá

plenamente se recuperar sem uma vacina (em 2008, a economia global encolheu só 0,1%) (Riveira, 2020).

No atual contexto socioeconómico verifica-se uma crescente importância do vulgarmente designado de “setor não lucrativo”, traduzindo um aumento de entidades e no crescente peso que desempenham na economia (Oliveira, 2014).

Este relatório é constituído, para além desta, por mais cinco secções. Na seguinte, faz-se uma revisão bibliográfica, analisando os diferentes aspetos teóricos relacionados com a temática em estudo, permitindo uma abordagem sobre os conceitos determinantes das IPSS e os objetivos do trabalho. Na terceira secção, procede-se à análise empírica, onde se apresenta a metodologia de investigação. Na quarta secção descrevem-se as principais atividades desenvolvidas no decurso do Estágio. Na quinta secção é apresentado o estudo de caso, usando como elemento de análise a SCMC. Por fim, são apresentadas as conclusões, as limitações e as linhas futuras de investigação.

1. Apresentação do tema

A crise do coronavírus teve contornos económicos, políticos, sociais e financeiros, que se fazem sentir em todos os países e está a aumentar a vulnerabilidade dos cidadãos a problemas sociais emergentes, tais como necessidades de bens e serviços básicos de alimentação e saúde (Riveira, 2020).

É nesse sentido que as IPSS, se consideram organizações de economia social, especializadas na ação social e refletem um papel social muito importante para o Estado, bem como para a sociedade civil (Almeida, 2011).

O que é esperado por estas organizações, para além da rendibilidade económica, é uma rendibilidade social que pode ser avaliada em termos de desenvolvimento local, da participação dos cidadãos e criação de emprego, ou seja, da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar das populações (Sobreiro, 2019).

Assim, é importante efetuar uma análise da estabilidade económica de uma IPSS em particular, para assim, a entidade saber em que situação se encontra, qual a evolução da sua posição

financeira e que potenciais necessidades de investimento e de financiamento podem vir a ser as mais indicadas.

Através deste tipo de análise económico-financeira, pode-se diagnosticar a estabilidade e a evolução económica e financeira de uma instituição, conhecer a situação atual e propor eventuais medidas corretivas, com vista a evitar uma possível evolução desfavorável. Esta análise, sem dúvida, auxilia os gestores na definição de estratégias que garantem a estabilidade e o equilíbrio financeiro de uma organização e ao mesmo tempo, assegurar a sua permanência e crescimento (Gavino, 2014).

As IPSS para fazerem face aos problemas ao nível da sustentabilidade económica, com que diariamente se confrontam, devem abrir-se mais à comunidade, promovendo trabalhos em rede entre elas próprias, com o objetivo de dinamizar uma cultura de parcerias, entre todos os agentes sociais. Estas instituições têm um papel fulcral no desenvolvimento de uma cultura de responsabilidade individual e coletiva que contribua para o enriquecimento da qualidade de vida das suas comunidades (Ferreira, 2011).

1.1 Justificação da Escolha

Estas instituições, que integram aquilo que é vulgar denomina-se por 3º setor, promovem a coesão social, a igualdade de oportunidades e são consideradas pela Comissão Europeia como um dos instrumentos para lutar contra a exclusão social e naquilo que é certamente mais importante atualmente, para conciliar a qualidade do emprego e a criação de empregos para todos, incluindo os mais vulneráveis. Estas têm como objetivo o apoio social à família, crianças, jovens, idosos e integração social e comunitária, mediante a concessão de bens e a prestação de serviços (Gavino, 2014).

A sua diversidade, a sua força e conhecimento são indispensáveis para melhorar e preservar a vida dos cidadãos, nomeadamente dos mais carenciados (Sousa, 2020).

Face ao exposto, pareceu pertinente tomar como objeto de estudo este tipo de instituições de economia social, analisando uma IPSS em concreto. Neste sentido foi formulada a seguinte questão de investigação: Uma IPSS num concelho do Norte, consegue superar as dificuldades económicas e financeiras comuns ao país e continuar na prossecução do seu objetivo social?

1.2 Objetivos do Estudo

O principal objetivo deste trabalho é demonstrar a importância das IPSS em geral, na economia do país, analisando a estabilidade financeira de uma IPSS, em concreto para aferir as oportunidades e dificuldades desta instituição e da sua grande importância no concelho de Chaves. Estas instituições têm-se revelado das maiores empregadoras em Portugal, sendo que o próprio Estado reconhece que as IPSS têm um papel de agentes ativos na economia do país.

1.2.1 Objetivo principal

Como foi referido anteriormente, os objetivos deste relatório em apreço, relacionam-se essencialmente com a necessidade de perceber se a IPSS em estudo, situada no concelho do Norte, consegue ser uma instituição estável a nível económico e financeiro, superando as suas dificuldades e continuando com o seu objetivo social. Daí pretender-se realizar uma análise financeira para avaliar a estabilidade desta IPSS, e tentar avaliar a importância deste tipo de análise para a Gestão.

1.2.2 Objetivos específicos

Paralelamente, os objetivos deste relatório serão:

- Explicar de que forma as IPSS são importantes para a economia portuguesa e europeia;
- Apresentar um enquadramento teórico sobre a análise da estabilidade económica e financeira;
- Elaborar um estudo de estabilidade económico-financeira, com um horizonte temporal de três anos.

Na secção seguinte, apresenta-se o enquadramento teórico.

2. Enquadramento Teórico

No presente ponto é feita a revisão da literatura do tema a analisar e apresentadas as principais fontes de literatura que sustentam o estudo.

A revisão da literatura no âmbito das IPSS, é fundamental para que se compreenda todo o desenvolvimento deste relatório, que se centra em saber como uma IPSS situada num concelho do Norte do país consegue superar as dificuldades económicas e financeiras comuns ao país e continuar na prossecução do seu objetivo social.

2.1 Conceito de Instituição Particular de Solidariedade Social

IPSS são instituições constituídas por iniciativas de particulares, sem finalidade lucrativa, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos, que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico (Sousa, 2020).

Deste modo, torna-se importante conhecer a situação financeira de uma instituição deste tipo e saber ainda se a mesma dispõe de meios financeiros necessários às suas necessidades operacionais e cumprir com as suas obrigações perante terceiros (Sousa, 2020).

“As IPSS constituem apenas uma categoria de organizações não lucrativas, ou entidades sem ânimo ou escopo lucrativo e de interesse geral, non profit organization (NPO), na terminologia anglo-sexónica.”

(Lopes, 2009, p.4)

As IPSS são entidades sociais que oferecem à população serviços de proximidade muito diversificados. Estas são específicas do contexto português e formam já um *quasi-market* da ação social. É deste modo, que se consegue fazer chegar à população, as prestações de proteção social que são garantidas pelas políticas públicas. Estão dispersas por todo o território e têm uma representação determinante na ação social portuguesa (Social, 2011).

2.2 A evolução das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal

Em Portugal, pode considerar-se como o primeiro marco da assistência social pública, a constituição da Casa Pia de Lisboa fundada no reinado de D. Maria I, por iniciativa de Diogo Inácio de Pina Manique a 3 de julho de 1780, no âmbito dos problemas sociais que decorreram do terramoto de 1755, começando a funcionar provisoriamente no Castelo de S. Jorge, onde se recebiam crianças órfãs e abandonadas, mendigos e prostitutas (Romão, 2009).

Em 1793, treze anos depois da sua fundação, a Casa Pia de Lisboa, já se tinha transformado numa grande IPSS. Na verdade, as IPSS tiveram a sua origem nas comunidades, tentando dar respostas aos problemas reais dos cidadãos mais desprotegidos e desfavorecidos. Onde não chegava o serviço público surge agora, de forma mais eficaz e eficiente, a disponibilidade do cidadão comum e o cuidado pelos outros próximos, na tentativa de inclusão e de devolução da dignidade de pessoa humana com direitos e deveres (Luis, 2016).

Em Portugal existem cerca de 5647 IPSS que empregam mais de 130 mil trabalhadores. As mais representativas dentro deste universo são as Santas Casas da Misericórdia, os Centros Paroquiais, as Associações de Socorros Mútuos e as Associações de Solidariedade Social. Têm a forma jurídica da maioria, a de associação sem fim lucrativo (84,3%), seguindo-se as Misericórdias (6,8%), as Fundações (4,2%), as Mutualidades (2,3%). Cerca de 42% das instituições apresentam um resultado líquido negativo, ou seja, apresentam prejuízo (Expresso, 2018).

2.3 Importâncias das Instituições Particulares de Solidariedade Social em Portugal e na Europa

As IPSS têm hoje um papel bastante importante no nosso país. Desenvolvem atribuições de ação social relevantes em programas e projetos, em nome do Estado ou em cooperação com os serviços

públicos. As IPSS têm um papel de extrema importância ao preencherem algumas lacunas do Estado, no que diz respeito às respostas sociais adequadas às necessidades concretas da população, geralmente em situações de extrema carência ou urgência, constituindo assim um ponto crucial que garante o equilíbrio social, facultando respostas sociais aos indivíduos mais desfavorecidos (Maia, 2020).

De acordo com a Conta Satélite da Economia Social (CSES) em 2016, sendo esta a atualização mais recente até ao momento, a Cooperativa António Sérgio para a Economia Social salienta como especificidades desta Conta Satélite de 2016, o setor da economia social revela um comportamento económico francamente positivo quando comparado com o da economia nacional, em contraciclo, registando 71 885 entidades (em 2016), 61 268 entidades (em 2013) contra 55 383 (em 2010), um aumento de 17,3% de 2013 para 2016 (CSES, 2019).

A Economia Social representou 5,3% das remunerações e do emprego total e 6,1% do emprego remunerado da economia nacional. Face a 2013, as remunerações e o emprego total da Economia Social aumentaram, respetivamente, 8,8% e 8,5%, evidenciando maior dinamismo que o total da economia (7,3% e 5,8%, respetivamente) (CSES, 2019).

Numa ótica territorial (NUTS II), o Norte detinha 32,6% das unidades da CSES. As IPSS têm registado um crescimento real em qualquer dos restantes agregados em linha com o crescimento verificado no total da economia (CSES, 2019).

No final de julho de 2020, foi apresentado um segundo estudo que atualiza para os exercícios de 2017 e 2018 a central de balanços constituída nesse primeiro estudo, acrescentando-lhe uma análise do importante contributo que as IPSS dão para a coesão territorial ao serem responsáveis por uma boa parte do emprego nas zonas do interior. No estudo publicado em 2018, mostrava-se que, em 2016, um pouco mais de dois quintos (42,12%) das 565 IPSS da amostra tiveram resultados negativos e que um pouco menos de um quinto (18,76%) teve resultados operacionais também negativos (Maia, 2020)

2.4 A Pandemia e as Instituições Particulares de Solidariedade Social

Necessidades sociais relacionadas com situações de carência material como pobreza, pobreza envergonhada e fome, bem como dificuldades em fazer face aos compromissos financeiros, embora tenham ainda uma magnitude não alarmante no seio da sociedade portuguesa, aumentaram substancialmente nos tempos mais recentes. Este acréscimo é sobretudo resultante do atual contexto de pandemia. As IPSS e as Autarquias, tanto de forma isolada como em colaboração, têm vindo a desenvolver esforços para combater estas situações. Certamente que sem o contributo destas entidades o panorama de agravamento social nestas matérias seria bem mais gravoso (Bragança, 2021).

O grande desafio à atuação das IPSS é pois, continuarem a responder às necessidades sociais, antigas e novas, mas a partir de uma base de apoios financeiros mais diversificada onde os apoios

públicos são uma entre várias outras fontes de financiamento. Os apoios públicos continuarão a ter necessariamente um papel importante na estrutura de financiamento das IPSS, mas estes não podem continuar a ser encarados como a fonte primeira e em muitos casos quase exclusiva de recursos financeiros. Esta mudança de visão obriga também e primeiro que tudo, a uma mudança de mentalidades no seio de muitas das IPSS (Sousa, 2020).

As IPSS enfrentam na atualidade múltiplos desafios quer de índole conjuntural quer estrutural. Estes desafios constituem boas oportunidades para uma mudança que reforça as instituições sem fim lucrativo, contribuindo para uma melhor resposta (serviço) às crescentes necessidades de apoio social. Muitos especialistas da economia social indicam a importância de uma gestão para a sustentabilidade os défices financeiros crónicos devem ser evitados, sendo necessário um planeamento mais criterioso das atividades com previsão de resultados positivos, para fazer face a contingências normais decorrentes das flutuações dos custos dos *inputs* – isto é, uma boa gestão, uma vez que as contingências devem ser acauteladas. (Bragança, 2021).

2.5 Análise da Estabilidade Económica e Financeira

Revela-se de grande importância efetuar também a revisão da bibliografia sobre a análise da estabilidade económico-financeira, para assim se perceber todos os passos a serem efetuados neste estudo.

A situação económica e financeira vai refletir a estratégia que foi seguida pela entidade e a sua vantagem competitiva, preocupando-se, fundamentalmente, na medida em que uma entidade dispõe de recursos financeiros adequados às suas necessidades operacionais, ou tem possibilidade de vir a dispor destes recursos, de forma a assegurar a consecução dos seus objetivos e garantir a sua independência perante terceiros e qual a capacidade que a entidade dispõe de gerar rendimentos, dando assim satisfação a todos os que dela participam e assegurando permanência e expansão da sua atividade (Neves, 2012).

A análise económica e financeira consiste numa metodologia, ou conjunto de técnicas e processos, previamente determinados que apoiam o gestor no momento de definição de políticas, ações e metas que compõem o planeamento estratégico da organização (Alcarva, 2020).

A entidade deverá dispor de um bom sistema de informação e, sobretudo, um sistema eficaz de controlo de gestão, auxiliando o gestor na implementação de estratégias. A sobrevivência de qualquer organização, muito dependerá da forma como dá respostas aos desafios do ambiente externo, caracterizado pela incerteza, risco e grande turbulência, mas também, por oportunidades favoráveis que devem ser aproveitadas ao máximo. As organizações devem ter muito claras, nos planos estratégicos, as políticas de investimento e financiamentos que vão proporcionar condições financeiras favoráveis às suas atividades (Alcarva, 2020).

Através desta análise, conhece-se a competitividade da entidade, a sua atratividade e posição concorrencial, podemos identificar os riscos do negócio, as vantagens competitivas e sobretudo, determinar até que ponto a entidade cria ou não, valor para os acionistas, numa perspetiva histórica

e previsional, explicando razões que estiveram por detrás de cada situação. Esta análise, de certa forma, contribui para fazer uma apreciação crítica da situação da entidade, que servirá de base à formulação de estratégias futuras. Daí, a sua importância como instrumento de gestão (Neves, 2012).

2.5.1 Elementos de base à análise da estabilidade económica e financeira

Independentemente da dimensão e natureza da atividade de uma entidade, deve-se conhecer, de forma exata, a sua situação económica e financeira permitindo, assim, a resolução de problemas de gestão. Esta análise é feita com base num conjunto alargado de metodologias, instrumentos ou técnicas, que se baseiam fundamentalmente na análise do Balanço, da Demonstração de Resultados e mais recentemente da Demonstração dos Fluxos de Caixa. O seu objetivo é avaliar e interpretar a situação da entidade através do estudo da rendibilidade, produtividade, crescimento e desenvolvimento, liquidez e solvabilidade (Neves, 2012).

As DF são documentos, incluindo quadros, relatórios e mapas, apresentados periodicamente pelas entidades e que têm como objetivo proporcionar informações, acerca da posição financeira (Balanço), do desempenho (Demonstração de Resultados) e alterações na posição financeira (Demonstração dos Fluxos de Caixa). Regra geral, são elaboradas no final do exercício económico. Ao elaborar as DF, os gestores poderão ser confrontados com preconceitos, má interpretação ou mesmo inexatidão. Para minimizar estes e outros riscos, as demonstrações devem ser preparadas e apresentadas com base em conceitos, normas e principais pressupostos de preparação das DF. As DF devem proporcionar informações que retratam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira e de resultados, e que sejam credíveis e úteis para determinar a verdadeira eficiência da gestão dos recursos económicos e financeiros (Banco Central Europeu, 2021).

2.5.2 Métodos e técnicas de análise

Após preparar as DF para análise, poderá ser feita uma comparação entre DF de períodos sucessivos. Estabelece-se também, relações entre as diversas rubricas e entre outras grandezas para se obter os indicadores económico-financeiros e os rácios julgados convenientes (Barañana, 2014).

O Balanço Funcional (BF) pode ser visto como um método de análise, através do qual se obtém indicadores considerados significativos, como o Fundo de Maneio, Necessidades de Fundo de Maneio e Tesouraria Líquida (PME, 2021).

O BF é visto como uma “fotografia” das aplicações de fundos e dos recursos que se relacionam com o ciclo financeiro da entidade e resultam do conjunto das correções efetuadas no balanço contabilístico. A sua estrutura é baseada nos conceitos de equilíbrio financeiro e ciclos financeiros. O BF, quando elaborado com base na análise de balanços sucessivos permite analisar a evolução nas políticas de investimentos, políticas de financiamento e gestão global do ciclo de exploração (PME, 2021).

2.5.3 Métodos dos indicadores e dos rácios

A metodologia dos rácios é a técnica mais utilizada pela análise financeira e consiste em estabelecer relações, ou rácios, entre contas e agrupamentos de contas do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício. Estas relações são um instrumento de apoio para sintetizar uma quantidade abundante de dados e comparar o desempenho económico e financeiro das empresas e a sua evolução no tempo (Neves, 2007).

O método dos rácios como técnica utilizada para a análise da estabilidade financeira consiste em estabelecer relações entre contas e agrupamentos de contas do balanço e da demonstração de resultados, ou ainda entre outras grandezas económico-financeiras. Na enorme massa de informação contabilística, o analista financeiro efetua uma seleção e realiza os necessários ajustamentos de entre os diferentes elementos disponíveis, com o objetivo de calcular os indicadores financeiros que evidenciam as características económicas e financeiras da entidade a estudar (Nogueira, 2019).

A aplicação do método dos rácios à SCMC para apreciação da sua situação económica e financeira, permite salientar correlações importantes existentes entre os dados contabilísticos e que nem sempre são apercebidos através do exame dos respetivos valores absolutos. Os rácios são, assim, um valioso instrumento de apoio para sintetizar os dados e avaliar o desempenho económico-financeiro das empresas, já que permitem acompanhar a sua evolução ao longo de vários anos e proceder a comparações entre empresas do mesmo sector de atividade ou socioprofissional (Neves, 2007).

2.5.3.1 Indicadores de equilíbrio financeiro de curto prazo

Pese embora todo o empenho e rigor da mesa administrativa, a sustentabilidade económico-financeira futura da SCMC passa obrigatoriamente por contribuições financeiras extraordinárias de instituições públicas e da Irmandade.

No sentido de colmatar as limitações no estudo do equilíbrio financeiro de curto prazo, nomeadamente no que respeita à utilização do fundo de maneiro tradicional como único indicador para a análise, a abordagem funcional passa a basear-se na relação existente entre as rubricas do BF e a sua correspondência com os ciclos financeiros (Fernandes et al., 2019).

Tabela 1: Indicadores de Equilíbrio Financeiro de Curto Prazo

| Indicador | Abreviatura | Fórmula | Significado |
|---------------------------|--------------------|---------------------------------|---|
| Fundo de Maneio Funcional | FMF | Capital Permanente - Ativo Fixo | O FMF está diretamente relacionado com os ciclos de prazo mais longo, medindo o montante de recursos estáveis em excesso sobre as aplicações fixas líquidas que financia parte das necessidades cíclicas. |

| | | | |
|-----------------------------|------------|--|--|
| Necessidade de Fundo Maneio | NFM | Existências+ Fornecedores- Clientes | É necessário dinheiro para pagar e manter um stock de produtos e materiais e para pagar aos nossos colaboradores e fornecedores. É claro que também recebemos dinheiro dos nossos clientes e é esta diferença que constitui as Necessidades de Fundo de Maneio |
| Tesouraria Líquida | TL | (Tesouraria Ativa- Tesouraria Passiva) ou (FMF- NFM) | O indicador da Tesouraria Líquida será positivo, caso o FMF seja suficiente para cobrir as NFM, o que aponta para a existência de equilíbrio de tesouraria. Caso contrário, verifica-se a necessidade de financiar parte das suas necessidades cíclicas com operações de tesouraria passiva. |

Fonte: Melo (2014)

2.5.3.2 Rácios e indicadores de liquidez

O conceito de liquidez está relacionado com a capacidade de um determinado ativo ser transformado em meios líquidos. Assim, um ativo será tanto mais líquido quanto mais rápido e com menos custos ocorrer esta transformação, libertando meios para suprir compromissos. (Fernandes, et al., 2019).

Tabela 2: Rácios e Indicadores de Liquidez

| Rácio | Abreviatura | Fórmula | Significado |
|-------------------|-------------|---|--|
| Liquidez Geral | LG | Ativo Corrente/ Passivo Corrente | Uma entidade tem liquidez quando o seu fundo de maneio tradicional é suficiente para permitir fazer face aos riscos resultantes da lentidão com que valores ativos se transformam em dinheiro. Se isso não acontecer pode provocar desequilíbrios na tesouraria. |
| Liquidez Reduzida | LR | (Ativo corrente - Inventários - Ativos biológicos - Ativos não correntes detidos para | A Liquidez Reduzida mede a capacidade de a entidade satisfazer as suas dívidas a curto prazo com os ativos circulantes, sem contar com as exigências. |

| | | | |
|-------------------|-----------|---|--|
| | | venda) / Passivo corrente | |
| Liquidez Imediata | LI | Caixa e depósitos bancários/ Passivo corrente | A Liquidez Imediata é o indicador que restringe ainda mais o conceito de ativos líquidos, cingindo-os às disponibilidades e aplicações financeiras de curto prazo de uma entidade. É utilizada pelos analistas que pretendem conhecer o grau de cobertura dos passivos circulantes por disponibilidades. |

Fonte: Fernandes et al. (2019)

2.5.3.3 Rácios de Equilíbrio Financeiro de Médio e Longo Prazo

O equilíbrio financeiro de médio e longo prazo de uma empresa é comum recorrer a rácios de estrutura de capital e de solvabilidade que, por um lado, permitem conhecer a combinação das diferentes origens de capitais que a empresa recorre para financiar os seus ativos e por outro lado, possibilitam avaliar a capacidade da empresa em solver os seus compromissos de médio e longo prazo (Rigorbiz, 2014).

Tabela 3: Rácios de Equilíbrio Financeiro de Médio e Longo Prazo

| Rácio | Abreviatura | Fórmula | Significado |
|-------------------------------|-------------|---|--|
| Rácio de Estrutura | RDE | Passivo não corrente / Capital Próprio | O rácio de estrutura aprecia o equilíbrio das massas patrimoniais constituintes dos recursos estáveis, avaliando se o elemento predominante é o capital próprio ou o passivo não corrente. |
| Rácio de Estrutura do Passivo | REP | Passivo Corrente / Passivo não Corrente | O rácio de estrutura do passivo indica qual o elemento predominante do passivo. |
| Rácio de Autonomia Financeira | RAF | Capital Próprio / Ativo Total | O rácio de autonomia financeira determina a independência da empresa face ao capital alheio e representa a proporção do ativo total que é financiada com capital próprio. |

| | | | |
|--|---------------|----------------------------|--|
| Rácio de Endividamento | RENDIV | Passivo / Ativo Total | O rácio de endividamento é complementar da autonomia financeira, determinando a dependência da empresa face ao capital alheio. Representa, assim, a proporção do passivo no total das fontes de financiamento da empresa. |
| Rácio de Estrutura do Endividamento | REE | Passivo Corrente / Passivo | Este rácio averigua se a carga do endividamento da empresa incide no curto prazo ou no médio e longo prazo. |
| Rácio de Solvabilidade | RS | Capital Próprio / Passivo | O rácio de solvabilidade determina o grau de cobertura do passivo pelo capital próprio, avaliando a capacidade da empresa para fazer face aos seus compromissos de médio e longo prazo, o que acaba por refletir o risco que os credores correm. |
| Rácio de Solvabilidade em Sentido restrito | RSSR | Ativo Total / Passivo | O rácio de solvabilidade em sentido restrito avalia o grau de cobertura do passivo pelo ativo, ou seja, permite verificar se o valor do ativo é suficiente para liquidar todas as dívidas. |

Fonte: Fernandes et al. (2019)

2.5.3.4 Rácios de rendibilidade

A análise financeira refere-se à avaliação ou estudo da viabilidade, estabilidade e capacidade de lucro de um negócio ou projeto. Engloba um conjunto de instrumentos e métodos que permitem realizar diagnósticos sobre a situação financeira de uma empresa, assim como prognósticos sobre o seu desempenho futuro.

Para que se possa verificar a situação económico-financeira de uma empresa, é fundamental o recurso a alguns indicadores. Contudo, convém salientar que os rácios apenas constituem um instrumento de análise. A análise financeira é assim, a capacidade de avaliar a rendibilidade das organizações, tendo em vista, em função das condições atuais e futuras, verificar se os capitais investidos são remunerados e reembolsados de modo a que as receitas superem as despesas de investimento e de funcionamento (Neves, 2007).

Tabela 4: Rácios de Rendibilidade

| Rácio | Abreviatura | Fórmula | Significado |
|--------------------------------------|-------------|---|---|
| Rendibilidade Operacional das Vendas | ROV | (Resultado Operacional/ VN) * 100 | Este rácio pode ser interpretado como o ganho obtido em termos operacionais por cada unitária vendida. |
| Rendibilidade Líquida das Vendas | RLV | (Resultado Líquido/ VN) * 100 | A rendibilidade líquida das vendas avalia o retorno em termos de resultado líquido do volume de negócios realizado. |
| Rendibilidade Operacional do Ativo | ROA | (Resultado Operacional/ Ativo exploração) * 100 | Rácio que pretende aferir o desempenho gerado no período a partir dos ativos da empresa. Este indicador de desempenho é avaliado antes do impacto dos gastos com as depreciações e amortizações, gastos de financiamento e impostos sobre o rendimento. |

Fonte: Melo (2014)

2.5.3.5 Rácios de risco

As empresas estão sempre sujeitas a correr riscos nos seus negócios. Existem dois tipos de riscos: operacional e financeiro. Para a análise do risco operacional da empresa analisa-se a Demonstração de Resultados, enquanto o risco financeiro avalia-se através do Balanço, quer na Demonstração de Resultados como na Demonstração de Fluxos de Caixa. O uso dos dados contabilísticos da Demonstração de Resultados, avalia a volatilidade do resultado líquido através dos gastos fixos e dos gastos financeiros causados pelo grau de endividamento da empresa. A combinação destes dois indicadores resulta no indicador combinado de risco. Quanto mais elevado for a influência dos gastos fixos numa empresa em comparação com os seus concorrentes, maior é o risco operacional da empresa (Leal, 2017).

Tabela 5: Rácios de Risco

| Rácio | Abreviatura | Fórmula | Significado |
|---|-------------|--|--|
| Grau de Alavanca de atividade de Exploração | GAE | (Volume de Negócios- Consumos - Fornecimento de Serviços Externos) / Resultado de exploração | Exprime em que medida a variação percentual dos resultados de exploração é motivada por uma variação percentual do volume de atividade. O Risco Económico será tanto maior quanto maior for o grau de alavanca de atividade de exploração. |

| | | | |
|--|------------|---|---|
| Grau de Alavanca da atividade de Financiamento | GAF | Resultado Operacional / Resultado Antes de Impostos | Exprime em que medida a variação percentual dos resultados antes dos impostos decorrentes de uma variação percentual nos resultados operacionais. Quanto maior o Grau de Alavanca da Atividade de Financiamento, maior será o risco financeiro. |
| Grau de Alavanca Combinada | GAC | Volume de Negócios- Consumos- Fornecimento de Serviços Externos / Resultado antes de impostos Ou $GAE * GAF$ | Este mede a sensibilidade da variação no resultado antes de impostos. 1% de variação nos rendimentos de exploração, terá uma variação do valor do grau de alavanca combinada nos resultados antes de impostos. |

Fonte: Leal (2017)

2.5.3.6 Indicadores de risco de falência

Surge a necessidade de reunir um conjunto de informações que prevejam e antecipem situações de falência, os *credit scores*. São informações cada vez mais úteis na tomada de decisão de investimento, crédito e diagnóstico empresarial. Os modelos utilizam técnicas estatísticas, as quais selecionam indicadores que, agregados dão uma clara classificação se a empresa pertence a um grupo de risco de falência, ou pelo contrário se encontra numa situação favorável. Esses indicadores preveem atempadamente situações de rutura, dando tempo aos gestores para tentar rodear o problema e para melhorar o desempenho da empresa, ou no caso de ele ser inevitável, tomar medidas como por exemplo, a fusão com um grupo de empresa com forte presença no mercado ou a diversificação do tipo de produtos (Silva, 2011).

Altman (1968), propôs a fórmula *Z-Score*. Em vez de se centrar no cálculo e análise de um só rácio, Altman (1968) percebeu que, neste exercício para a avaliação do potencial de falência de uma empresa, alguns dos indicadores assumiam maior correlação uns com os outros, não devendo, por isso, fazer uma análise individual. Deste modo, construiu um modelo que conjuga cinco rácios chave capaz de identificar, com uma elevada percentagem de êxito, as empresas que se encontram em risco de falência das que não se encontram neste estado (Kenton, 2021).

A fórmula Z-score é: **Z-Score**= $0.012*(X1) + 0.014*(X2) + 0.033*(X3) + 0.006*(X4) + 0.999*(X5)$.

Tabela 6: Indicadores de Risco de Falência

| Rácios | Fórmula | Significado |
|--------|-------------------------------------|---|
| X1 | Fundo de maneiio / Ativo total | Mede os ativos líquidos em relação à dimensão do balanço |
| X2 | Lucros obtidos / Ativo total | Mede a capacidade de gerar lucro da empresa |
| X3 | EBIT / Ativo total | Mede o retorno operacional gerados pelos ativos da empresa |
| X4 | Valor de mercado / Total do passivo | Acrescenta a reação do mercado como um possível indicador avançado |
| X5 | Vendas / Ativo total | É uma medida <i>standard de turnover</i> (pode variar bastante de indústria para a indústria, devido a margens diferentes). |

Fonte: Coelho (2011)

Depois da publicação do z-score do Altman (1968), e da sua aceitação em geral como um método de previsão de falências, o autor em 1983 sugere a reestimação do seu modelo original, mas desta ocasião substituindo o valor contabilístico do capital próprio pelo valor de mercado, variável designada por X4, de modo a aplicar o modelo a empresas não cotadas. O resultado do modelo é o seguinte: $Z = 0.717*(X1) + 0.847*(X2) + 3.107*(X3) + 0.420*(X4) + 0.998*(X5)$

Deste modo, a interpretação do modelo, são os seguintes:

- $Z > 2.90$ – A empresa encontra-se na zona segura.
- $1.23 \leq Z \leq 2.90$ – A empresa encontra-se na zona cinzenta.
- $Z < 1.23$ – A empresa encontra-se na zona de perigo.

2.5.3.7 Rácios de Funcionamento

Tabela 7: Rácios de funcionamento

| Rácios | Abreviaturas | Fórmula | Significado |
|--|--------------|---|--|
| Prazo médio de rotação de stock (dias) | PMRS | (Vendas e serviços prestados/ (Inventários+ Ativos Biológicos)) | Mede o grau de eficiência com que a empresa está a efetuar a sua gestão de inventários em stock. Quanto maior o prazo médio de stocks, menor é a eficiência da gestão de stocks. |

| | | | |
|------------------------------------|------------|--|--|
| Prazo médio de recebimentos (dias) | PMR | (Clientes/Vendas e serviços prestados) *365 dias | Expressa o tempo que demoramos a receber dos nossos clientes |
| Prazo médio de pagamentos (dias) | PMP | $\frac{((\text{Fornecedores} - 1 + \text{fornecedores}) / 2) + (\text{Compras} + \text{FSE})}{2} * 365$ dias | Ele expressa o tempo que a empresa demora a pagar aos seus fornecedores |
| Rotação do ativo (%) | RA | (Vendas e serviços prestados / Ativo) *100 | O rácio ou indicador de rotação do ativo é um rácio de atividade que procura medir o grau de eficiência com que a empresa está a utilizar os seus ativos. Quanto maior o valor do rácio de rotação do ativo, maior é a eficiência com que a empresa está a gerar vendas. |

Fonte: Neves (2007)

Na secção seguinte apresenta-se a metodologia adotada.

3. Metodologia

Uma vez que este relatório se refere a uma análise da estabilidade financeira de uma IPSS num período de três anos, a metodologia adotada caracteriza-se por ser não experimental, isto porque não se procede a manipulação de variáveis independentes, mas sim um estudo descritivo longitudinal. Serão adotadas técnicas quantitativas nomeadamente, através da análise da informação proveniente de artigos científicos, de dados estatísticos, financeiros e contabilísticos.

Na recolha de dados, são adotadas técnicas de análise de conteúdo documental, nomeadamente, através de pesquisa normativa e bibliográfica sobre a temática em causa, com vista a revisão da literatura.

Deste modo, o estudo foi constituído por material recolhido a partir de fontes de informação primária e fontes de informação secundárias, tendo algumas destas fontes permitido o desenvolvimento da componente prática do trabalho, o estudo da estabilidade económico financeira da IPSS.

O estudo experienciado vai resultar da utilização conjunta de métodos e técnicas desenvolvidas de forma a operacionalizar e delimitar o objetivo e os principais objetivos da pesquisa. A própria

formulação de hipóteses de pesquisa parte de um enquadramento teórico existente, pois é da constatação teórica que são delimitados os campos da pesquisa e é para a consolidação teórica que se empreendem a análise e compreensão.

Orientado por processos que se pretendem rigorosos e fiáveis, o conhecimento científico enquadra-se na e para a consolidação teórica e prática do conhecimento, numa dialética que constantemente se atualiza, emancipa e evolui (Sobreiro, 2019).

A questão geral a partir da qual se foi desenvolvendo a pesquisa consistiu:

- A instituição particular de Solidariedade Social num concelho do Norte, consegue superar as dificuldades económicas e financeiras comuns ao país e continuar na prossecução do seu objetivo social?

Assim a metodologia deste projeto está baseada na pesquisa bibliográfica, publicada em forma de livros, bem como artigos, relatórios, publicações e em outros meios de comunicação que abordem o tema em estudo. Tendo em conta o objetivo primordial deste trabalho, foi escolhida como principal metodologia a pesquisa de estudo de caso.

Deve destacar-se que, tanto os métodos qualitativos, como os métodos quantitativos utilizados em pesquisas científicas, além de terem vantagens, têm também algumas limitações. Ao utilizar o estudo de caso em pesquisas deste tipo há uma delimitação do universo em estudo, dificultando as generalizações dos resultados obtidos (Unifap, 2012).

Metodologicamente, após a revisão da literatura segue-se, para além da recolha, a análise e o tratamento dos dados, a subsequente apresentação dos resultados.

Foi desenvolvida uma análise exploratória longitudinal considerando, por um lado, a fundamentação concetual do Sistema de Normalização Contabilística e o Relato Financeiro aplicável ao setor e, por outro lado, a divulgação através dos Relatórios de Gestão e Prestação de Contas, dos exercícios económicos de 2017 a 2019, do estudo de caso.

Portanto, a metodologia utilizada na pesquisa será o estudo de caso, sendo que as técnicas de recolha e seleção de dados serão provenientes das seguintes fontes de informação distintas:

- Documentação: documentos contabilísticos, atas de reuniões, relatórios escritos, documentos internos;
- Registos em arquivos: Tabelas, lista de cargos e funções, registos pessoais, sistemas de qualidade;
- Observação direta.

4. Estágio na Santa Casa da Misericórdia de Chaves

4.1 O Estágio

Ao longo destes meses de experiência adquirida na SCMC, foram realizadas diversas tarefas previamente definidas no plano de estágio, para além de outras não anteriormente previstas aquando da realização do referido plano. Este estágio foi orientado pelo contabilista Hélder Ferreira, no período 12 de outubro de 2020 a 29 dezembro de 2020.

Neste ponto do relatório serão abordadas, de forma sucinta as tarefas realizadas pelo mestrando no ambiente laboral da entidade acolhedora. O mestrando iniciou os seus serviços na entidade começando por se integrar, conhecendo os futuros colegas, o objeto social da SCMC, os seus colaboradores e métodos de trabalho.

Após a integração na entidade, o mestrando desenvolveu atividades específicas nas áreas da contabilidade, fiscalidade e do controlo interno. De modo a melhor efetuar estas tarefas, as quais foram alvo de uma atenta primeira observação, foi efetuada uma análise documental e analisada a

legislação, artigos de revistas científicas, como a revista dos Contabilistas Certificados e da Associação Portuguesa de Técnicos de Contabilidade (APOTEC) e livros técnicos relacionados com cada tarefa e foram também recolhidas informações junto dos responsáveis e restantes colaboradores da entidade acolhedora. São ainda analisadas nesta secção do relatório as principais competências técnicas e pessoais adquiridas para o exercício da profissão da contabilidade e da gestão. Assim, é neste ponto do relatório que é analisada a contabilidade, na sua passagem da teoria à prática.

Neste estágio foram realizadas atividades tais como a receção e organização dos documentos contabilísticos, fiscais e arquivo desses documentos; registo informático dos documentos contabilísticos.

Foram também realizadas atividades como o processamento de salários, elaboração de mapa de mais e menos valias, reconciliações bancárias, abate de inventários, imparidades em inventários, além disso foi também demonstrado como são feitas as operações de final de período, lançamentos de regularização, elaboração de demonstrações financeiras; relatório de gestão, elaboração do dossier fiscal, o relatório único, Informação Empresarial Simplificada/Declaração Anual (IES/DA) e o controlo interno contabilístico.

Na opinião do mestrando são os estágios curriculares uma excelente iniciativa e oportunidade, pois permite ao estudante uma aproximação à realidade profissional, distinta da realidade académica, e o contacto direto com profissionais experimentados nas matérias abordadas ao longo do tempo de licenciatura e mestrado. O mestrando sentiu-se, ao longo do estágio, como um colaborador regular da entidade, realizando as tarefas como se um se tratasse, não sentindo qualquer tipo de menosprezo em relação aos restantes. Esta ligação das várias matérias abordadas ao longo do mestrado, com a realidade laboral, foi extremamente gratificante pela partilha de conhecimentos, e serve de motivação para o futuro ingresso no mundo profissional.

Todos os objetivos definidos para o estágio foram alcançados, tendo o mestrando adquirido novos conhecimentos na área contabilística, para além do contacto com a realidade laboral do profissional de contabilidade e a possibilidade de trabalhar com técnicos e profissionais com vastos conhecimentos nas matérias tratadas.

O mestrando lamenta não ter sido possível aproveitar melhor o estágio devido ao novo coronavírus que, por motivos de saúde, levou o Contabilista a ficar em casa alguns dias. Além disso, a presença da máscara e o ter de respeitar a distância entre os colaboradores acaba por ser um entrave à socialização. No entanto, de um modo geral, o balanço foi positivo.

4.2 Apresentação da História da Santa Casa da Misericórdia de Chaves

A SCMC é uma instituição com 500 anos de vida, que acolheu milhões de pessoas carenciadas, ouviu e solucionou problemas, apoiou, incentivou e acarinhou quem mais precisava. Esta conta com vários equipamentos sociais, nomeadamente o Lar Nossa Senhora da Misericórdia/Chaves que conta com a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), Centro de Dia (CD), Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e Programa de Emergência Alimentar (PEA). A SCMC conta também com o Lar Nossa Senhora da Conceição/Vidago que agrega uma ERPI, SAD, PEA e Cantinas Sociais (Portela, 2016).

“A SCMC possui também o Lar de Santa Isabel/Vilar de Nantes que agrega uma ERPI e SAD. No Centro Social de Casas dos Montes conta também com uma ERPI, um Pré-Escolar e uma Creche. O Centro Social de Vilarelho da Raia agrega uma ERPI e SAD.” (Ferreira, 2019, p.4).

Por último, “a SCMC conta com uma Casa de Acolhimento (Escola de Artes e Ofícios) com um Lar de Infância e Juventude e um Centro de Acolhimento Temporário.” (Ferreira, 2019, p.5).

A SCMC é uma instituição particular e de solidariedade social, cujo Hospital teve a sua origem há mais de 450 anos com cuidados assistenciais ligados ao antigo Hospital da Misericórdia. No ano de 1975 iniciaram-se as obras de construção do Hospital que funciona até aos dias de hoje (CHTMAD, 2021).

4.2.1 Papel da Santa Casa da Misericórdia de Chaves na comunidade

A SCMC, criou em 2011 o “Programa Chave de Afetos”, que passa por ser uma solução integrada com componente tecnológica e humana que monitoriza as pessoas idosas de forma contínua, contribuindo para uma diminuição do isolamento sénior. Promove a inclusão social e as relações afetivas, potenciando um sentimento de segurança subjetiva, essencial para a permanência no seu domicílio, evitando a institucionalização involuntária e custos associados.

O programa propõe três eixos de intervenção que se complementam e beneficiam os utentes, a rede de suporte, o Estado e a comunidade:

- Sinalização de casos de idosos em risco e o desenvolvimento de diagnóstico social – assegurado pelo trabalho de proximidade e em rede de parceiros sinalizadores;
- Serviço de teleassistência – dispendo de um dispositivo conveniente e de fácil utilização, inclui múltiplas funções, nomeadamente acesso automático a um operador disponível 24 horas por dia e 365 dias por ano;
- A SCMC conta com nove equipamentos sociais, nomeadamente o Lar Nossa Senhora da Misericórdia em Chaves que se subdivide na estrutura residencial para pessoas idosas, com capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social, para 65 utentes em regime de internamento; um centro de dia, com capacidade para 40 utentes e acordo com a Segurança Social para 32 utente; e serviço de apoio domiciliário, com capacidade para 65 utentes e acordo para 52 utentes. Conta também com o programa de emergência alimentar, que passou pela criação de cantinas sociais, com capacidade para 50 refeições

diárias, com protocolo de colaboração com a Segurança Social, para a totalidade dos utentes.

- Outro equipamento social é o Lar Nossa Senhora da Conceição em Vidago, que conta com uma estrutura residencial para pessoas idosas, situada na vila de Vidago, com capacidade para 65 utentes em regime de internamento, com acordo de cooperação com a Segurança Social, para 60 utentes, conta também com o serviço de apoio domiciliário, com capacidade para 30 utentes e acordo com a Segurança Social para 15, cantinas sociais com capacidade para 47 refeições diárias, com protocolos de colaboração com a Segurança Social para a totalidade dos utentes.
- A SCMC conta também com o Lar de Santa Isabel em Vilar de Nantes com uma estrutura residencial para pessoas idosas, situada na freguesia de Vilar de Nantes, com capacidade para 65 utentes em regime de internamento, mas com acordo de cooperação com a Segurança Social para 60 utentes; serviço de apoio domiciliário, com capacidade para 20 utentes e acordo com a Segurança Social para a totalidade dos utentes.
- O centro social de Casas dos Montes conta com uma estrutura residencial para pessoas idosas, situada no lugar de Casas dos Montes, freguesia de Santa Maria Maior, tem capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social, para 14 utentes em regime de internamento, a pré-escolar, com capacidade para 46 crianças e acordo de cooperação com a Segurança Social para 33, uma creche, com capacidade para 56 crianças e acordo de cooperação com a Segurança Social para 33.
- Acresce aos equipamentos sociais da SCMC, o centro social de Vilarelho da Raia, com capacidade e acordo de cooperação com a Segurança Social, para 14 utentes em regime de internamento; Serviço de Apoio Domiciliário, com capacidade para 30 utentes e acordo de cooperação para 10.
- A Casa de Acolhimento (Escola de Artes e Ofícios), faz parte dos equipamentos sociais da SCMC que se subdivide num Lar de Infância e Juventude, estrutura residencial para crianças e jovens em perigo, com acolhimento prolongado em regime de internato, com capacidade e acordo de cooperação para 50 utentes e um centro de acolhimento temporário, estrutura residencial de acolhimento temporário de curta duração em regime de internato com capacidade e acordo para 20 utentes.
- Outro dos equipamentos sociais é o apoio à terceira idade, sendo que as estruturas residenciais para pessoas idosas, serviço de apoio domiciliário e centro de dia, as respostas sociais com maior expressão na SCMC, o que, pelas características tão específicas dos utentes que as ocupam, onde os constrangimentos familiares, de saúde, económicos e outros, estão tantas vezes subjacentes ao pedido de prestação dos serviços da SCMC.
- Por fim, tem o apoio à infância onde está incluída a creche e jardim de infância da Casa dos Montes, e a creche de Vidago, onde são desenvolvidas diversas atividades, as quais privilegiam, sempre que possível, a intergeracionalidade o relacionamento com os

pais/encarregados de educação e a comunidade em geral. E também o apoio à infância e juventude, que ao longo do ano de 2019 desenvolveu diversas atividades com as crianças e jovens residentes na Instituição, com o intuito de trabalhar a inclusão social e cidadania. Para o efeito, e considerando as vantagens e benefícios que as atividades de lazer, ocupação de tempos livres e prática de desporto despertam ao nível do bem-estar físico, emocional e social, foi nestes pressupostos que assentou todo o seu acompanhamento para além do que pressupões a sua permanência na casa de acolhimento.

Na secção seguinte, apresenta-se o estudo sobre a estabilidade económico-financeira da SCMC.

5. Estudo da Estabilidade Económico Financeira da Santa Casa da Misericórdia de Chaves

Nesta secção analisa-se económica e financeiramente a SCMC no período de 2017 a 2019.

A análise económico-financeira da IPSS foi desenvolvida a partir do Balanço Contabilístico dos diferentes anos, construindo-se um BF para análise ao qual foram efetuadas correções para assim obter um balanço funcional definitivo para passar a análise da situação financeira da entidade.

Ao analisar as DF, parte-se do princípio que todas elas estão refletidas e que expõem de forma verídica todos os aspetos materialmente relevantes quanto à sua posição financeira.

As DF que foram retiradas dos relatórios de contas da SCMC, foram as seguintes:

- Balanço;
- Demonstração de Fluxos de Caixa;
- Demonstração de Resultados.

5.1 Balanço Contabilístico

Tabela 8: Balanço Contabilístico da SCMC

| ANOS | 2017 | 2018 | 2019 |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|
| 1- ATIVO FIXO LÍQUIDO (2+3) | 9 779 | 9 527 | 8 182 |
| | 194,41 | 708,65 | 124,05 |
| 2- Ativo de exploração líquido | 9 455 | 9 207 | 7 859 |
| | 208,56 | 664,82 | 882,74 |
| 2.1- Ativo Tangível | 9 455 | 9 207 | 7 859 |
| | 208,56 | 664,82 | 882,74 |
| 2.2- Ativo intangível | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 3- Outros Ativos Fixos Líquidos | 323 985,85 | 320 043,83 | 322 241,31 |
| 3.1- Bens do património histórico e cultural | 264 115,19 | 264 115,19 | 264 115,19 |
| 3.2- Investimentos Financeiros | 55 370,66 | 51 428,64 | 53 626,12 |
| 3.3- Outros créditos e ativos não correntes | 4 500,00 | 4 500,00 | 4 500,00 |
| 4- Capital circulante (5+6+7) | 380 319,25 | 192 141,58 | 544 174,72 |
| 5- Inventários | 37 222,91 | 9 506,08 | 14 462,16 |
| 6- Realizável Curto Prazo | 154 723,78 | 119 594,64 | 427 947,97 |
| 6.1- Créditos a receber | 140 151,28 | 63 746,43 | 58 635,67 |
| 6.2- Adiantamento a fornecedores | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| 6.3- Estado e Outros Entes Públicos | 7 067,17 | 5 660,57 | 7 380,09 |
| 6.4- Diferimentos | 7 505,33 | 5 162,11 | 1 318,39 |
| 6.5- Outros ativos financeiros | 0,00 | 45 025,53 | 360 613,82 |
| 7- Meios Financeiros Líquidos | 188 372,56 | 63 040,86 | 101 764,59 |
| 7.1- Caixa e depósitos bancários | 188 372,56 | 63 040,86 | 101 764,59 |
| 8- Total das Aplicações (1+4) | 10 159 | 9 719 | 8 726 |
| | 513,66 | 850,23 | 298,77 |
| 9- Capital Permanente (10+11) | 8 120 | 7 762 | 6 655 |
| | 200,89 | 068,82 | 763,13 |
| 10- Fundos Patrimoniais | 7 132 | 6 962 | 6 041 |
| | 542,83 | 534,01 | 777,46 |
| 10.1- Fundos | 40 538,18 | 40 538,18 | 40 538,18 |
| 10.2- Resultados Transitados | -688 | -573 | -1 042 |
| | 332,46 | 687,34 | 697,78 |
| 10.3- Excedentes de Revalorização | 4 451 | 4 348 | 4 141 |
| | 807,38 | 276,97 | 216,15 |
| 10.4- Ajustamentos/ Outras variações nos fundos patrimoniais | 3 317 | 3 232 | 2 590 |
| | 415,02 | 764,02 | 360,46 |
| 10.5- Resultado Líquido do Período | 11 114,71 | -85 357,82 | 312 360,45 |
| 11- Exigível a MLP | 987 658,06 | 799 534,81 | 613 985,67 |
| 11.1- Financiamentos obtidos | 974 448,78 | 799 534,81 | 613 985,67 |
| 11.2- Outras contas a pagar | 13 209,28 | 0,00 | 0,00 |

| | | | |
|--|---------------|---------------|---------------|
| 12- Exigível a curto prazo | 2 039 | 1 957 | 2 070 |
| | 312,77 | 781,41 | 535,64 |
| 12.1- Fornecedores | 510 589,26 | 572 206,12 | 795 547,02 |
| 12.2- Estado e Outros Entes Públicos | 196 747,95 | 187 760,39 | 178 035,44 |
| 12.3- Financiamentos Obtidos | 234 155,03 | 239 422,96 | 244 600,00 |
| 12.4- Diferimentos | 17 433,24 | 31 914,83 | 25 676,58 |
| 12.5- Outros Passivos Correntes | 1 080 | 926 477,11 | 826 676,60 |
| | 387,29 | | |
| 13-Totais (11+12) | 3 026 | 2 757 | 2 684 |
| | 970,83 | 316,22 | 521,31 |
| 14- Total das Origens (10+13) ou (9+12) | 10 159 | 9 719 | 8 726 |
| | 513,66 | 850,23 | 298,77 |
| 15- Fundo de Maneio Líquido Patrimonial (9-1) ou (4-12) | -1 658 | -1 765 | -1 526 |
| | 993,52 | 639,83 | 360,92 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com Ferreira (2019)

Com base nos dados contabilísticos acima referidos e nas respetivas notas de suporte constantes no anexo às DF da SCMC, foi construído o BF.

5.1.1 Análise do Balanço Funcional

Segundo Neves (2007), o BF procura “fotografar”, em determinada data, as aplicações e recursos relacionados com os ciclos financeiros da empresa, qualquer que seja a sua situação contabilística, jurídica ou patrimonial.

O BF mostra numa certa data, as aplicações e recursos relacionados com os ciclos financeiros da entidade, qualquer que seja a sua situação jurídica. Os ciclos financeiros são a resultante financeira das decisões tomadas na entidade aos diferentes níveis: estratégico, operacional e financeiro.

A caracterização da composição do património económico da SCMC resulta ser uma peça importante na análise financeira global da entidade, uma vez que permite perceber até que ponto aquela estrutura e a correspondente evolução, é adequada para que a sua atividade económica seja estável.

Tabela 9: Balanço Funcional da SCMC

| RENDIBILIDADE DO ATIVO ECONÓMICO | | | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|
| ANOS | 2017 | 2018 | 2019 |
| Capitais Próprios Totais | 7 132 542,83 | 6 962 534,01 | 6 041 777,46 |
| Passivo Não Corrente | 987 658,06 | 799 534,81 | 613 985,67 |
| Capitais Permanentes | 8 120 200,89 | 7 762 068,82 | 6 655 763,13 |
| Ativo Não Corrente = Capital Fixo | 9 779 194,41 | 9 527 708,65 | 8 182 124,05 |
| Fundo de Maneio Funcional (FMF) | -1 658 994 | -1 765 640 | -1 526 361 |
| Existências | 37 222,91 | 9 506,08 | 14 462,16 |

| | | | |
|---|-------------------|-------------------|------------------|
| Clientes | 140 151,28 | 63 746,43 | 58 635,67 |
| Estado e Outros Entes Públicos | 7 067,17 | 5 660,57 | 7 380,09 |
| Diferimentos e Outras Contas a Receber de Exploração | 7 505,33 | 5 162,11 | 1 318,39 |
| Necessidades Cíclicas (NC) (de Exploração) | 191 947 | 84 075 | 81 796 |
| Fornecedores | 510 589,26 | 572 206,12 | 795 547,02 |
| Estado e Outros Entes Públicos | 196 747,95 | 187 760,39 | 178 035,44 |
| Diferimentos e Outras Contas a Pagar de Exploração | 17 433,24 | 31 914,83 | 25 676,58 |
| Recursos Cíclicos (RC) (de Exploração) | 724 770 | 791 881 | 999 259 |
| Necessidade de Fundo de Maneio (NFM) | -532 824 | -707 806 | -917 463 |
| Tesouraria Líquida - (TL) | -1 126 170 | -1 057 834 | -608 898 |
| Ativo Corrente | 380 319 | 192 142 | 544 175 |
| Passivo Corrente | 2 039 313 | 1 957 781 | 2 070 536 |
| Caixa e Depósitos à Ordem | 188 373 | 63 041 | 101 765 |

Fonte: Elaboração própria de acordo com Ferreira (2019)

Os capitais próprios da SCMC apresentam valores positivos embora tenham tendência a decrescer ao longo dos três anos. O passivo não corrente tem vindo a diminuir significativamente ao longo dos anos. Esta situação é favorável à entidade porque não evidencia uma dependência perante terceiros, ou seja, a entidade tem vindo a diminuir o financiamento por capitais alheios de médio e longo prazo.

Da diferença entre os capitais permanentes e o ativo fixo líquido, obtém-se o fundo de maneio que representa a parte do capital permanente que não foi absorvido no financiamento do ativo fixo líquido e, conseqüentemente, está aplicado na cobertura, parcial ou total, das necessidades de financiamento do ciclo de exploração.

O fundo de maneio é negativo em todos os anos em análise, ou seja a entidade está numa situação financeira delicada, visto que o FMF é menor que zero, o que significa que a junção do passivo não corrente e o capital próprio é insuficiente para fazer face ao ativo não corrente o que provoca um desequilíbrio financeiro da SCMC, pois é necessário colmatar o restante valor com o passivo corrente. A instituição não tem recursos estáveis capazes de financiar a totalidade das aplicações fixas líquidas, e as necessidades cíclicas em grande parte, financiadas com operações de tesouraria.

A entidade apresenta os seguintes problemas financeiros, insuficiência de capitais estáveis, visto o FMF ser negativo, apresenta ainda dependência excessiva de operações de tesouraria e têm ainda um risco elevado de incapacidade de solver compromissos a curto prazo (Martins, 2018).

Dentro das necessidades cíclicas verifica-se uma clara redução em 2018, por sua vez os recursos cíclicos sofreram um aumento tornando a necessidade de fundo de maneiio, que já era negativa, ainda mais negativa. Sendo que o FMF é claramente negativo e apesar de as NFM serem negativas, a tesouraria líquida apresenta um saldo negativo nos três anos.

Esta análise que supera algumas das limitações da análise ao balanço patrimonial e por conseguinte ao FMLP, vem evidenciar uma vez mais as dificuldades de tesouraria que a entidade atravessa ao longo do período em estudo. As rubricas ativas que representam disponibilidades ou são facilmente transformáveis em liquidez, não são suficientes para fazer face às dívidas de curto prazo.

Para melhor se entender a análise anteriormente feita, calculam-se alguns rácios e indicadores que se consideram relevantes para a compreensão da situação económica e financeira da IPSS em análise.

5.1.2 Análise da Situação Económica e Financeira

Análise dos Indicadores de Liquidez e do FM

Tabela 10: Indicadores de Liquidez e FM

| Indicadores | 2017 | 2018 | 2019 |
|-------------|------------|------------|------------|
| LG | 0,19 | 0,10 | 0,26 |
| LR | 0,17 | 0,09 | 0,26 |
| LI | 0,09 | 0,03 | 0,05 |
| FM | -1 658 994 | -1 765 640 | -1 526 361 |

Fonte: Elaboração Própria

Como seria de esperar os rácios de liquidez são claramente baixos pois, se existe ativo não corrente a ser financiado por passivo corrente, isso demonstra que o ativo corrente é mais baixo, logo as rubricas que se traduzem em liquidez imediata são menores. O ativo corrente para além de ser baixo, em 2018 ainda sofreu uma redução clara, o que traduziu numa redução em todos os rácios de liquidez a quando comparados entre 2017 e 2018. No entanto de 2018 para 2019 aumentaram.

A análise da liquidez geral apresenta valores inferiores a um em todos os anos, o que significa que o valor monetário que os ativos correntes podem gerar não é suficiente para solver a totalidade dos compromissos de curto prazo. Estes valores indicam que a entidade tem algumas dificuldades de tesouraria, ou seja o ativo circulante é inferior às dívidas de curto prazo. Como estes valores são inferiores a 1, indica que o FM é negativo.

Em relação à liquidez reduzida os valores são relativamente baixos, e não apresenta grandes diferenças em relação à liquidez geral, o que significa que não existem stocks “mortos”, com elevados custos para a SCMC, mas tal já era de esperar, visto que a entidade não vende produtos, apenas presta serviços.

Os valores da liquidez imediata são relativamente baixos, o que poderá indicar que a entidade está a conseguir aplicar com sucesso os seus valores de tesouraria. No entanto trata-se de um indicador pouco “robusto”, na medida em que apenas indica, para um momento concreto, a relação entre os meios financeiros líquidos existentes na empresa com os exigíveis de curto prazo. O sinal do fundo maneio, por si só, é insuficiente para caraterizar a situação de equilíbrio financeiro, visto que tem que ser conjugado com as condições de gestão dos ativos circulantes e dos passivos de curto prazo (Martins, 2018).

Análise dos Indicadores Financeiros

Tabela 11: Rádios de Equilíbrio Financeiro de Médio e Longo Prazo

| Indicadores Financeiros | 2017 | 2018 | 2019 |
|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|
| RDE | 0,14 | 0,11 | 0,10 |
| REP | 2,06 | 2,45 | 3,37 |
| RAF | 0,70 | 0,72 | 0,69 |
| RENDIV | 0,30 | 0,40 | 0,44 |
| REE | 0,67 | 0,71 | 0,77 |
| RS | 2,36 | 2,53 | 2,25 |
| RSSR | 3,36 | 3,53 | 3,25 |

Fonte: Elaboração Própria

Analisando o rácio de estrutura de endividamento, pode-se afirmar que este apresenta um ligeiro decréscimo de 2017 para 2018 e de 2018 para 2019, resultante do decréscimo de financiamento a longo prazo, rubrica do passivo não corrente. Um excessivo nível de endividamento, indica um excessivo peso do capital alheio no financiamento da entidade, o que pode pôr em causa a sustentabilidade da entidade. Neste caso, a instituição não apresenta valores elevados de endividamento, o que significa que grande parte do financiamento não provém dos credores.

Quanto à estrutura do passivo, apresenta um valor claramente superior a 1, pois o passivo corrente é o dobro do passivo não corrente.

Quanto ao rácio de autonomia financeira, este valor apresenta-se muito próximo de 1, o que significa que a estrutura de capitais próprios consegue cobrir grande parte do ativo, levando a que o passivo seja relativamente baixo, ou seja a entidade apresenta um grau de autonomia face a terceiros favorável.

Em conformidade com o rácio de solvabilidade da SCMC, que apresenta valores superiores a 1, o rácio de endividamento apresenta valores claramente baixos pois o total do passivo é claramente inferior ao valor total do capital próprio. Estes dois rácios permitem afirmar que a SCMC se financia em grande parte com o capital próprio.

O nível de endividamento pode-se considerar que apresentam valores aceitáveis, uma vez que o rácio de endividamento ótimos seriam valores próximos de 0.

Por fim, o rácio de solvabilidade em sentido restrito mostra que a entidade está claramente bem posicionada neste rácio, pois o total dos ativos é claramente superior ao total dos passivos.

Tendo em conta que se está a analisar uma IPSS, estes rácios seriam expectáveis pois existe uma forte componente em ativos fixos tangíveis e nas rubricas do capital próprio.

Apesar de o ativo apresentar valores a rondar os 10 milhões de euros e o capital próprio com valores por volta dos 7 milhões de euros, não significa que a empresa consiga traduzir rapidamente o ativo em dinheiro pois mais de 90% do ativo é não corrente.

Análise dos Meios Libertos

Tabela 12: Meios Libertos

| Indicadores | 2017 | 2018 | 2019 |
|-------------|------------|------------|-----------|
| MLBE | -175852,51 | -284906,92 | 133446,81 |
| MLLT | -244679,64 | -342600,9 | 87812,17 |
| MLBT | -175852,51 | -284906,92 | 133446,81 |
| MLLR | -244679,64 | -342600,9 | 87812,17 |
| MLO | 0,045 | -0,015 | 0,197 |

Fonte: Elaboração Própria

Como se pode verificar, os meios libertos brutos totais, mantiveram valores negativos em 2017 e 2018, o que indica que nesses anos existiu um mau desempenho económico da SCMC, por sua vez no ano 2019 os valores são todos positivos, o que mostra que a situação financeira da SCMC melhorou significativamente.

Os meios libertos líquidos retidos apresentam também, valores negativos nos primeiros dois anos em análise, o que significa que foi necessário recorrer a capitais alheios para o aumento das aplicações de fundos, causando pressões na tesouraria.

Análise dos Indicadores de Rendibilidade

Tabela 13: Indicadores de Rendibilidade

| Indicadores | 2017 | 2018 | 2019 |
|-------------|-------|--------|--------|
| ROV | 4,50% | -1,53% | 19,66% |
| RLV | 0,63% | -4,72% | 17,15% |
| ROA | 0,79% | -0,28% | 4,10% |

| | | | |
|------------|-------|--------|-------|
| RCP | 0,16% | -1,23% | 5,17% |
|------------|-------|--------|-------|

Fonte: Elaboração Própria

Sendo a entidade em análise uma IPSS, os rácios de rendibilidade não devem ser interpretados como se se estivesse a avaliar uma empresa com fins lucrativos. Na sua essência uma IPSS não visa o lucro, visa o apoio social e integração de serviços a baixo custo na sociedade, mas necessita de manter o equilíbrio financeiro.

Apesar disto, são apresentados os resultados dos rácios de rendibilidade pois, apesar de uma IPSS não visar o lucro e de acordo com o direito das sociedades comerciais e regulamentos da segurança social, esta tem as mesmas responsabilidades que uma empresa com fins lucrativos, apresentação de DF e outras obrigações legais.

Todos os rácios em 2018 foram altamente prejudicados pelo resultado operacional e resultado líquido do período, pois ambos foram negativos.

De realçar que em 2017 a rendibilidade líquida das vendas apresenta valores muito baixos o que seria expectável pois as IPSS têm uma grande componente na rubrica de subsídios à exploração, pagos pela Segurança Social.

Tratando-se de uma entidade com o âmbito de apoio social e não lucrativo, a rendibilidade do ativo é claramente baixa pois a atividade exercida pela IPSS requer um elevado valor na rubrica ativos fixos tangíveis devido aos edifícios que possuem.

Quanto à rendibilidade dos capitais próprios, esta apresenta um valor próximo de zero ou negativo, o que seria de esperar, pois uma IPSS não visa o lucro para os acionistas ou sócios e mesmo que esta tenha lucro não pode distribuí-lo.

Deste modo, pode-se concluir que o ano de 2019 é o ano em que a instituição está numa situação mais atraente a investimentos, o que é bom para a entidade em estudo.

Análise dos Indicadores de Risco

Tabela 14: Indicadores de Risco

| Indicadores | 2017 | 2018 | 2019 |
|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| GAE | 9,52 | -28,46 | 2,15 |
| GAF | 7,19 | 0,32 | 1,15 |
| GAC | 68,49 | -9,22 | 2,46 |

Fonte: Elaboração Própria

Nos rácios de risco analisam-se três: GAE, GAF e GAC.

Quanto ao GAE, este relaciona a margem bruta e os resultados operacionais, de modo a destacar o peso dos gastos fixos na estrutura dos gastos operacionais da entidade. Este apresenta valores positivos e crescentes pois são tidos em conta todos os gastos de exploração e os rendimentos de exploração. Por exemplo, no ano de 2019, o valor do GAE é de 2,15, o que significa que uma variação de 10% no volume de negócios irá corresponder a uma variação positiva de 2,15% em 2019.

Quanto ao GAF, está claramente influenciado pelos resultados operacionais e resultados antes de impostos, pois houve um grande decréscimo entre 2017 e 2018.

Quanto ao GAC ele apresenta valores positivos sendo claramente impulsionado em 2017 pela GAF. Este indicador quantifica o peso dos gastos fixos operacionais e dos gastos financeiros e o impacto das variações no volume dos negócios sobre os resultados de exploração.

Apesar de estes rácios apresentarem valores com riscos consideráveis não é demais ressaltar a atividade da empresa em análise pois mesmo que estes rácios apresentassem valores mais baixos a SCMC irá continuar a sua atividade pois é uma entidade de apoio social suportada por uma entidade governamental.

Análise dos valores do Z-SCORE

Falência é o termo que se dá quando uma entidade não consegue fazer face a todos os seus compromissos financeiros, como o pagamento dos salários aos colaboradores, o pagamento de impostos, o pagamento aos fornecedores, entre outros. O risco de falência depende de fatores internos e externos, como a qualidade da gestão, o grau de concentração de clientes, a capacidade de financiamento ou até o próprio setor de atividade da empresa. A partir de informações contabilísticas expressas no Balanço e na Demonstração de Resultados foram criados métodos para prever a falência, entre eles, o mais importante, o Z-Score de Altman (1968) que utilizou rácios financeiros, numa análise multivariável, os quais identificam empresas que irão à falência num determinado período de tempo (Nogueira, 2019).

Estes indicadores são cada vez mais utilizados pelos diversos interessados, como sejam, instituições financeiras, investidores, auditores, contabilistas e gestores, uma vez que servem de auxílio para tomar conhecimento se a empresa em questão é fiável para concessão de crédito ou para investimento nas suas ações (Nogueira, 2019).

Tabela 15: Z-SCORE

| Z-Score para empresas não cotadas | 2017 | 2018 | 2019 |
|--|-------------|-------------|-------------|
| | 1,094 | 1,135 | 1,104 |

Fonte: Elaboração Própria

De acordo com o Risco de Falência apresentado por Altman (1968), este apresenta valores baixos, ou seja, inferiores a 1.23, podendo-se considerar a entidade em perigo. Porém e com tudo o que foi mencionado anteriormente uma IPSS não visa o lucro, visa apoiar pessoas e prestar serviços à sociedade de acordo com os rendimentos que cada utente dispõem. No entanto é importante manter o equilíbrio financeiro para a instituição poder continuar a prestar os serviços de apoio à população.

Análise dos Rácios de funcionamento

Tabela 16: Rácios de Funcionamento

| Rácios | 2017 | 2018 | 2019 |
|---------------|-------------|-------------|-------------|
| PMRS | 31 | 190 | 126 |
| PMR | 29 | 13 | 12 |
| PMP | 1665 | 1551 | 1735 |
| RA | 17 | 19 | 21 |

Fonte: Elaboração própria

De acordo com o PMRS, este valor em 2017 é de 31 dias, ou seja, o stock demora 31 dias a sair do armazém da entidade, em 2018 o PMRS era de aproximadamente 190 dias, e em 2019 de 126 dias.

Em 2017 o PMR era de aproximadamente de 29 dias, o que significa que a SCMC, em 2017, demora 29 dias a receber dos seus clientes, por sua vez, em 2018 o PMR é de 13 dias e em 2019 de aproximadamente 12 dias.

No que diz respeito ao PMP, em 2017 a SCMC demorou aproximadamente 1668 dias a pagar aos seus fornecedores, já em 2018 o PMP era de 1551 dias e em 2019 de 1735 dias.

O rácio de rotação do ativo pode ser interpretado como o número de vezes que o ativo é convertido em vendas durante um determinado período de tempo, no caso da SCMC, o valor da rotação do ativo em percentagem em 2017 é de 17,48%, em 2018 18,59% e em 2019 o é de 20,87%.

6. Análise dos Resultados

Após esta análise económica e financeira, conduzida por via de uma folha de cálculo para o efeito, torna-se importante a discussão dos valores obtidos, para deste modo avaliar a situação da entidade, no campo económico e financeiro.

Os resultados que são apresentados nos anos de 2017 e 2018 são desfavoráveis quando comparados com o ano de 2019, isto deve-se principalmente pela mudança que houve na gestão da Provedoria da SCMC, a qual tomou posse Jorge Pinto de Almeida no ano de 2019, para conseguir reerguer e fazer face a todas as dificuldades que a instituição estava a passar.

Em jeito de balanço pode-se concluir que em 2018, embora carregado com os constrangimentos de natureza de económica e financeira gerado ao longo de vários anos por gestões anteriores menos rigorosas, também foi este mandato que se refletiram os maiores custos com o pessoal, em consequência de atualizações salariais e aumentos anuais do salário mínimo nacional.

Mesmo assim e, não havendo aumento de receitas correspondente, foi possível cumprir com alguns dos compromissos salariais com os trabalhadores, pagando-lhes inclusive mais de trezentos mil

euros de salários anteriores em dívida, reduzir significativamente o passivo e honrar as responsabilidades a que a SCMC está obrigada.

Pese embora todo o empenho e rigor da Mesa Administrativa, a sustentabilidade económico-financeira futura da SCMC passa obrigatoriamente por contribuições financeiras extraordinárias de instituições públicas e da Irmandade.

Os constrangimentos de natureza económica e financeira com que esta instituição se debate, há vários anos, e a falta de alinhamento que ainda não foi possível ultimar, no que diz respeito a gastos e rendimentos, importa referir que ao longo de 2019 foram tomadas medidas com visto ao almejado saneamento financeiro que permitiram iniciar o plano de reequilíbrio financeiro da SCMC, nomeadamente a obtenção de despacho favorável à candidatura ao Fundo de Socorro Social da Segurança Social, para pagamento de dívidas aos trabalhadores com salários e atualizações salariais em atraso bem como o pagamento parcial de dívidas a fornecedores.

Conforme tem vindo a acontecer, em consequência de atualizações salariais e aumentos anuais do salário mínimo nacional, a rubrica de custos com o pessoal tem ainda grande expressão no cômputo geral dos custos da instituição. Embora o número de colaboradores se tenha reduzido em 2019, o custo com esta rubrica não reflete tal redução.

Ainda, no que respeita a esta matéria, e cumpridos os compromissos salariais com os trabalhadores, foi possível diminuir a dívida para com os mesmos através do pagamento dos salários em atraso, relativos a 2012. Segundo as informações disponíveis nos relatórios de contas da entidade, foi possível a obtenção do BF, sendo possível uma informação mais digna e fiel acerca das condições económicas e financeiras da SCMC.

Este BF permitiu assim ter a visão das aplicações e das origens de fundos que permitem obter os valores do fundo de maneiio e necessidades de fundo de maneiio nos anos em estudo.

As análises dos valores de liquidez da instituição mostram que os valores têm tendência a aumentar pelo que se pode observar de 2018 para 2019, o que é um bom sinal para a entidade em termos de estabilidade financeira.

O nível de endividamento pode-se considerar que apresentam valores aceitáveis, uma vez que o rácio de endividamento ótimos seriam valores próximos de 0.

No cálculo da rentabilidade, os resultados da rentabilidade económica medida por via da ROA apresentam-se positivos nos anos de 2017 e 2019. No entanto, no ano de 2018 o valor da ROA é negativo isto porque o resultado operacional é negativo nesse ano.

A rentabilidade dos capitais próprios, decresce também de 2017 para 2018, isto porque em 2018 os resultados líquidos e o capital próprio apresentam um decréscimo. No entanto, este valor volta a aumentar em 2019.

Pela análise de risco, observa-se que o GAC tem uma grande diminuição de 2017 para 2018. No entanto volta a aumentar em 2019, o que pode ser explicado pelo resultado de uma estrutura de

custos fixos um pouco rígida. Quanto ao GAF, os valores voltam a diminuir em 2018 e aumentam novamente em 2019, devido à diminuição do GAE.

Por fim, quanto ao risco de falência apresentado pela SCMC, através da liquidez, da rentabilidade, de reinvestimento de resultados e alavanca financeira, este valor apresenta ser inferior à zona de conforto de uma empresa, pois é inferior a 1.8. No entanto, não é demais ressaltar a atividade da entidade em análise pois mesmo que estes rácios apresentem valores mais baixos a instituição irá continuar a sua atividade pois é uma instituição de apoio social suportada por uma entidade governamental.

No entanto, com a entrada do novo Provedor, é esperado que existam mudanças positivas e grandes evoluções a níveis de estabilidade financeira, e que a instituição continue a apresentar, de ano para ano, valores mais favoráveis tais como se pode ver ao longo desta análise, os valores começaram a melhorar a partir do ano de 2019, ano da entrada do novo Provedor Jorge Pinto na SCMC. É previsto um aumento do valor absoluto e da importância relativa das receitas desta IPSS, com tendência para a contenção do aumento dos custos. Para as IPSS a expressão “sustentabilidade” é empregue para descrever uma realidade financeira equilibrada e confortável, que vise garantir a capacidade de sustentar projetos a longo prazo, perpetuando e cumprindo a missão para as quais estas foram criadas. O objetivo da sustentabilidade financeira de qualquer organização consegue-se, genericamente, por via da redução dos custos ou por via do aumento das receitas próprias, sendo esta também uma premissa aplicável às IPSS.

Para que situação da SCMC seja revertida, esta deve abordar estratégias económico-financeira, relacionada com a estrutura de receitas e custos, financiamento, medidas e parcerias estratégicas presentes ou futuras, com vista a atingir a sustentabilidade financeira da instituição.

Deste modo, a SCMC deve recorrer ao recurso a acordos de cooperação, candidatura a projetos, quer promovidos por entidades privadas, quer promovidos por entidades públicas, candidatura a programas europeus, subsídios das autarquias/freguesias, quotas dos associados, participações pagas por utentes/familiares, donativos e ainda receitas provenientes de vendas e prestação de serviços. O recurso a empréstimos bancários na Instituição em estudo não é prática recorrente, considerando que o investimento é realizado de forma pontual e em função das necessidades verificadas em cada momento. A longo prazo, poderá ser equacionada, beneficiando da política de incentivos fiscais, a gradual substituição da frota automóvel por veículos elétricos de forma a reduzir os gastos com combustíveis. A instituição pode também aproveitar os espaços que tem e disponibilizar para a realização de festas para crianças, eventos particulares, almoços, formações de empresas, ao qual é pago um valor pela utilização desses espaços, sendo uma forma de captar mais financiamento. Apostar no marketing por forma a promover os produtos e serviços da instituição, procurar mais donativos, aumentar o número de sócios pagantes, aumentar a contribuição dos utentes, somente na componente de atividades extras. Através da aposta nestas novas fontes, a IPSS consegue alargar as suas bases originais de financiamento, de forma a obter mais receitas, garantindo a sustentabilidade futura e continuando a responder às necessidades dos seus utentes.

Conclusões, Limitações e Futuras Linhas de Investigação

Ao longo do estágio foi possível verificar que a instituição em estudo, até então, não apresenta muitas estratégias de autossustentabilidade ou novas respostas sociais que ajudem a equilibrar a gestão orçamental.

A SCMC deveria procurar estratégias de empreendedorismo social que pudesse implementar na instituição, de acordo com a realidade em que se insere, de forma a promover a autossustentabilidade e desenvolvimento da organização.

Assim, uma forma de promover a sustentabilidade destas instituições poderia passar por aumentar e diversificar as fontes de financiamento das IPSS nas áreas de angariação de fundos, gestão dos recursos, marketing das instituições e novos serviços, para deixarem de ser dependentes dos subsídios do Estado.

Uma recomendação importante é que a IPSS deve tentar reduzir os custos tendo em conta a estrutura de financiamento, para esta redução podem contribuir processos de eficiência energética, fornecimento de eletricidade, celebração de protocolos entre IPSS para negociação de contratos para compra e manutenção de viaturas. Outra ideia é o estabelecimento de protocolos/parcerias com empresas no âmbito da promoção da responsabilidade social.

A entidade deve ter uma maior rendibilidade dos meios existentes, o aproveitamento de mão de obra voluntária que, com o crescente desemprego tem aumentado, e houve um desenvolvimento do trabalho em parceria, algo que é muito positivo e que até agora as IPSS não exploravam.

Deve haver um alargamento dos acordos de cooperação, para o que será necessária nova graduação da prioridade das políticas de solidariedade, com a consequente afetação de recursos financeiros. Não subsídios, mas sim em comparticipação no custo de serviços prestados. Fazer ainda, uma revisão rápida de algumas normas legais que excluem as IPSS de benefícios concedidos a empresas do setor privado.

Para que as medidas de redução de custos e aumento de receitas próprias por parte da SCMC, apoiada pela sociedade civil, seja eficaz, é fundamental que o Estado, na sua função de entidade reguladora, assegure um enquadramento normativo e legal estável, previsível, coerente e razoável.

Torna-se necessária uma mudança de visão que obrigará também, e primeiro que tudo a uma mudança de mentalidades no seio de muitas destas entidades. Mas esta mudança é inevitável e urgente.

A principal limitação está relacionada com o facto do presente relatório se basear apenas numa IPSS e consequentemente não existir uma perspetiva de comparação de resultados em diferentes entidades.

Em jeito de conclusão, esta nova conjuntura política e socioeconómica, caracterizada pela desregulamentação e pela mudança constante e imprevisível, torna inevitável a alteração dos modelos das instituições sociais e dos modos como estas definem a sua missão, como configuram a sua estrutura, como concetualizam a sua gestão e, naturalmente, como concebem as suas responsabilidades. Ficou claro neste relatório, pese embora algumas limitações apresentadas, que esta IPSS precisa de um modelo de gestão adequado, para ter crescimento e sustentabilidade no futuro, ainda que a SCMC tenha vindo a apresentar melhorias ao longo dos anos em estudo, esta precisa adotar novas medidas, como mencionado anteriormente, para conseguir manter a sua estabilidade.

Referências Bibliográficas

- Alcarva, P. (2020). Finances for growth. *Análise económico-financeira*. Obtido de https://www.aip.pt/uploads/Bibliotecas_de_Areas/Financiamento/finance/finance_events/Programa_Finance.pdf
- Almeida, V. (2011). *As instituições particulares de solidariedade social: Governação e terceiro setor*. Coimbra: Editora Almedina. Obtido de https://www.researchgate.net/publication/277202259_Governacao_instituicoes_e_terceiro_sector_as_instituicoes_particulares_de_solidariedade_social
- Altman, E. (1968). Financial ratio, discriminant analysis and the prediction of corporate bankruptcy. *The Journal of Finance*. Obtido de <http://dx.doi.org/10.1111/j.1540-6261.1968.tb00843.x>
- Banco Central Europeu. (2021). *Porque é importante a estabilidade de preços?* Obtido de <https://www.ecb.europa.eu/ecb/educational/explainers/tellmemore/html/stableprices.pt.html>
- Barañana, A. (2014). *Métodos e técnicas de investigação em gestão: Manual e apoio à realização de trabalhos de investigação*. Lisboa: Edições Sílabo. Obtido de <https://doi.org/10.20396/rbi.v4i1.8648907>
- Bragança, F. M. (2021). Covid-19: O impacto da pandemia e o papel das IPSS. *Público*. Obtido de <https://www.publico.pt/2021/04/08/opiniao/noticia/covid19-impacto-pandemia-papel-ipss-1955570>
- CHTMAD. (2021). *Orgãos de Gestão*. Obtido de <http://www.chtmad.min-saude.pt/orgaos-degestao/historia-do-ctmad/>
- Coelho, A. R. (2011). *Modelos de previsão de falência de empresas*. Lisboa. Obtido de <https://repositorio.ipl.pt/bitstream/10400.21/2445/1/disserta%C3%A7...pdf>
- CSES. (2019). *Conta Satélite da Economia Social 2016*. Obtido de <https://www.cases.pt/contasatelitedaes/>
- Expresso. (2018). Mais de 40% das IPSS em Portugal dão prejuízo. *EXPRESSO*, 1. Obtido de <https://expresso.pt/revista-de-imprensa/2018-12-04-Mais-de-40-das-IPSS-em-Portugal-dao-prejuizos>
- Fernandes, C., Peguinho, C., Vieira, E., & Neiva, J. (2019). *Análise financeira - Teoria e prática* (5ª Edição ed.). Edições Sílabo.
- Ferreira, H. (2019). *Relatório de contas SCMC*. Chaves.
- Ferreira, M. A. (2011). *Enquadramento das IPSSI no atual sistema normativo*. Obtido de https://recipp.ipp.pt/bitstream/10400.22/1185/1/DM_MariaFerreira_2011.pdf
- Gavino, H. A. (2014). *O papel das IPSS na economia social*. Obtido de https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/919/1/HeliaAlexandraNunesGavino_Mestrado_GOES_2014.pdf

- Kenton, W. (2021). Altman Z-Score. *O que é o Altman Z-Score?* Obtido de <https://www.investopedia.com/terms/a/altman.asp>
- Leal, A. C. (2017). *Liquidez, solvabilidade e risco nas instituições de crédito: rácios financeiros*. Obtido de https://www.bportugal.pt/sites/default/files/anexos/documentos-relacionados/intervpub20170508_1.pdf
- Lopes, L. (2009). *As instituições particulares de solidariedade social*. Coimbra: Almedina.
- Luis, J. (2016). *A história das IPSS em Portugal*. Obtido de <https://www.cspvp.org/historia-das-ipsss-portugal-instituicoes-particulares-solidariedade-social/>
- Maia, L. (2020). Importância económica e social das IPSS em Portugal: Central de balanços. Obtido de <https://www.solidariedade.pt/site/detalhe/14017>
- Martins, A. (2018). *Introdução à análise financeira de empresas*. Porto: Grupo Editorial Peixoto de Sousa.
- Melo, J. (2014). *Plano financeiro*. Obtido de <https://www.ipsantarem.pt/wp-content/uploads/2014/02/1.-Plano-Financeiro.pdf>
- Neves, J. C. (2007). *Análise financeira-técnicas fundamentais*. Texto Editores. Obtido de <http://www.aeca1.org/xvencuentroaeca/cd/46b.pdf>
- Neves, J. C. (2012). *Análise e relato financeiro* (Edição revista e adaptada ao SNC em 2021 ed.). Portugal: Textos Editora, Lda.
- Nogueira, C. (2019). *Rácios para a análise financeira*. Obtido de <https://ar-ar.facebook.com/416987468452665/posts/1895718803912850/>
- Oliveira, E. (2014). *A perceção dos TOC sobre o normativo contabilístico das entidades do setor não lucrativo*. Lisboa. Obtido de https://aquila.iseg.ulisboa.pt/aquila/publico/showDegreeTheses.do?method=showTheses°reeID=274&contentContextPath_PATH=/cursos/cffe/trabalho-final-mestrado&_request_checksum_=42a03dec2f020c14643d4b8b6b81280b6dc76884
- PME. (2021). *Balanço e equilíbrio financeiro*. Obtido de <https://toppme.pt/balanco/>
- Portela, C. (2016). Santa Casa da Misericórdia de Chaves lança medalha, azulejo e livro comemorativos dos 500 anos de vida. *Diário Atual*. Obtido de <https://diarioatual.com/santa-casa-da-misericordia-chaves-lanca-medalha-azulejo-livro-comemorativos-dos-500-anos-vida/>
- Rigorbiz. (2014). Rácios financeiros. pp. 8-9. Obtido de <https://www.rigorbiz.pt/relatorios/rigorbiz-racios.pdf>
- Riveira, C. (2020). Apesar da crise: estes são os países que vão crescer em 2020. *Exame*. Obtido de <https://exame.com/mundo/apesar-da-crise-estes-sao-os-paises-que-vaao-crescer-em-2020/>

- Romão, F. (2009). *Metodologia de desenvolvimento de um sistema de informação para uma IPSS*. Aveiro. Obtido de <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3012/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Mestrado.pdf>
- Silva, A. (2011). Modelos de previsão de falência de empresas. Obtido de <https://repositorio.ipl/bitsteam/10400.21/2445/1/disserta%C3%A7...pdf>
- Sobreiro, V. (2019). *Sou tudo e não sou nada. Dissertação de Mestrado*. Obtido de <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3012/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20de%20Mestrado.pdf>
- Social, C. (2011). *Entidades lucrativas e não lucrativas*. Obtido de <http://www.cartasocial.pt/pdf/csosocial2011.pdf>
- Sousa. (2020). As Instituições de Particularidade Social num contexto de crise económica. Obtido de <https://www.fea.pt/files/30a83a6e1c7495224ffff10a4287448101c88047.pdf>
- Unifap. (2012). Metodologia da pesquisa científica. Obtido de <https://www2.unifap.br/midias/files/2012/03/022.pdf>